

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A LÓGICA EMPRESARIAL DO NEODESENVOLVIMENTISMO DE LULA E DILMA: O PNE E O PRONATEC

Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos | Mário Lopes Amorim

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma breve reflexão sobre a interface ou relação entre o ciclo de expansão econômica neodesenvolvimentista iniciado no segundo governo de Lula e que alcançou o governo Dilma e as mudanças demandadas pelo capital que resultaram na reconfiguração do ensino-técnico-profissional de nosso país durante estes dois governos. Por conseguinte, estabelece uma discussão sobre a relação entre educação profissional e interesses do capital sob o ponto de vista de questões como: parcerias público-privadas, Estado gerencial e apagão educacional, elementos estes que influenciam as diretrizes de políticas educacionais, como por exemplo, o PNE e o PRONATEC.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo. Educação Profissional. PRONATEC. PNE.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A LÓGICA EMPRESARIAL DO NEODESENVOLVIMENTISMO DE LULA E DILMA: O PNE E O PRONATEC

1 INTRODUÇÃO

Apesar da eleição de Lula representar uma perspectiva de renovação política, uma vez que “gerou a expectativa de um governo popular, segundo uma metodologia de gestão diversa daquela idealizada pelos intelectuais orgânicos da burguesia que o antecederam” (COSTA, 2013, p. 102), e criando a expectativa de que esta gestão promovesse o “resgate da função Estado de proteger e ampliar os direitos sociais por meio de políticas públicas” [...], na prática, “em seu governo, permaneceu o modelo de Estado neoliberal, e por isso, manteve-se a metodologia de gestão de marca empresarial, por resultados, contando com recursos não estatais para o financiamento de políticas públicas” [...] (Idem, p. 103). E como se concretizou esta gestão de feição empresarial?

De acordo com Costa (2013), a base da gestão lulista repousou sobre o incentivo das parcerias público-privadas e a gestão descentralizada, sendo que ambas as diretrizes estão intimamente ligadas e se complementam mutuamente.

[...] a desconcentração de tarefas da União, com atribuição de crescentes responsabilidades aos estados, municípios, bem como as organizações da sociedade civil: desde as unidades executoras criadas como instituições de direito privado, cooperadoras com as instituições estatais, até as fundações, organizações não governamentais e instituições empresariais (ADRIÃO; GARCIA; COSTA, 2006). Por vezes, o ponto de chegada desse caminho é a delegação da própria gestão da esfera pública às instituições privadas – direta ou indiretamente – como o que ocorre, por exemplo, nas secretarias ou departamentos da educação em alguns municípios (Idem, p. 104).

As políticas públicas que surgiram com base na gestão descentralizada são apresentadas na aparência “como iniciativas de democratização e universalização do ensino”, mas, na realidade, “justificam a construção de um Estado mínimo no atendimento dos direitos sociais por meio de políticas de parceria” (Idem, p. 104), abrindo o precedente para a participação de parceiros oriundos da iniciativa privada. Por isso, durante o governo Lula foram regulamentadas as parcerias público-privadas (PPP). Estas parcerias “veiculam a lógica do mercado para a administração da escola pública estatal, estimulando uma maximização do uso desses espaços escolares” (Idem, p. 107). E um exemplo significativo desta tendência de “parcerias como recurso alternativo de financiamento da educação pública” encontra-se no “Plano Nacional de Educação, que prevê as parcerias público-privadas como fonte alternativa de recursos” (Idem, p. 107).

O resultado da referida tendência foi que na prática se legitimou “a atuação por parte de instituições de natureza jurídico-privada, na escola pública, sob a forma de parcerias para proporcionar à população serviços que, até bem recentemente, eram considerados direitos sociais e deveres do Estado” (Idem, p. 108). Ou seja, o processo de privatização da escola pública transforma a educação escolar em um “serviço educacional”, ou seja, “em mercadoria”, bem como “converte o aluno e a comunidade escolar cidadãos-clientes”, portanto, “consumidores desses serviços”. Dessa forma, “o direito social transfigura-se em um direito do cliente e, paulatinamente, o Estado vai se afastando de sua função de preservação dos bens sociais” (Idem, p. 110).

Neste movimento transformista, o caráter distributivo do Estado desaparece sendo substituído pela função equitativa. Daí resulta que ao Estado cabe a função de ocupar-se essencialmente da promoção de “políticas focais”, ou seja, a formulação de programas, projetos e campanhas, em que se une educação e assistência social.

As políticas públicas como medida distributiva de direitos dá lugar à promoção da equidade, partindo-se da ideologia de que, em abstrato, todos teriam igual acesso, aos bens destinados à satisfação de suas necessidades básicas, pois, o mercado desenvolve serviços de diferentes níveis, para atender a diversos nichos do mercado. Nessa dinâmica, o Estado passa a proporcionar tão somente as políticas focais, dirigidas às clientelas bem delimitadas, por vezes, financiadas por meio de parcerias entre entes públicos ou entre instituições públicas e privadas (Idem, p. 110).

Por isso, segundo Costa (2013), o “Ministério da Educação criou uma secretaria para atuar especificamente na área de confluência entre a educação e a assistência social, a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)”. Cabe, então, a esta secretaria a responsabilidade desenvolver “ações dirigidas às minorias étnicas, populações com baixa renda e grupos em situação de vulnerabilidade social” (Idem, p. 110).

Não obstante reconheça um salto quantitativo empreendido pelo governo Lula por meio da expansão das escolas técnicas (Institutos Federais) e do ensino superior com criação e ampliação dos *campi* universitários, além da criação do FUNDEB e de políticas educacionais compensatórias, tais como o PROJOVEM e o PROEJA, geralmente destinadas a parcelas da população em alto risco social ou em condição de vulnerabilidade, o estudo de Ferreira (2009, p. 266) avalia as políticas educacionais do período Lula a partir da seguinte perspectiva:

O exame das políticas educacionais implantadas [...] revela que convivemos com a tradicional política de governos que buscam driblar os conflitos mundial e nacional sob a lógica hegemônica do capital. Não é sem propósito que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem sua origem inspirada num documento produzido por um grupo empresarial que se reuniu para pensar a educação para o Brasil [...].

É pertinente ressaltar que o documento ao qual a autora se refere foi denominado “Todos pela Educação”, elaborado por diversos setores econômicos representados por empresas como a Gerdau, Suzano, Odebrecht, em defesa de cinco metas para a qualidade da educação no Brasil.

Especificamente sobre o contexto de formulação do PDE durante o segundo mandato de Lula, observa-se algumas alterações nas diretrizes educacionais que já indicavam uma interlocução entre o governo e setores do empresariado privado no sentido de sincronizar interesses e demandas do setor produtivo e metas de desempenho na esfera educacional de nosso país. Sendo assim, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado no início do segundo mandato de Lula, já era um instrumento legal que indicava o rumo a ser tomado:

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicamente apresentado em 15 de março de 2007 e lançado oficialmente pelo Ministério da Educação (MEC), em 24 de abril do mesmo ano, consiste numa proposta cuja finalidade manifesta seria a de enfrentar a questão da qualidade da educação básica brasileira, precária há tempos, mas cujo reconhecimento somente se deu, por parte do próprio Ministério, na década de 1990, por ocasião do debate sobre o papel da educação face às transformações econômicas e sociais observadas em âmbito mundial desde a década de 1970, como consequência das soluções buscadas pelo capital para a crise que enfrentava na época (MORAES; FERRETI, 2011, p. 1).

Ainda de acordo com Moraes e Ferreti (2011), simultaneamente ao advento do PDE foi promulgado o Decreto 6094/07, que estabeleceu o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, cuja conotação pode ser assim descrita:

O decreto é expressão, do ponto de vista legal, dos propósitos do movimento “Compromisso Todos pela Educação”, lançado em São Paulo, em 6 de setembro de 2006 como uma ação da sociedade civil mas representando, efetivamente, o ponto

de vista de um setor desta, o do empresariado, composto, entre outros, por entidades do setor bancário (Fundação Itaú-Social, Instituto Itaú Cultural, Fundação Bradesco, Banco ABN-Real, Banco Santander), do setor industrial (Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Educar-DPaschoal, Cia. Suzano), do setor comercial (Grupo Pão de Açúcar), da mídia (Fundação Roberto Marinho) e das ONGs (Instituto Ayrton Senna, Instituto Ethos). Como é possível notar, trata-se de entidades de grande porte, ligadas aos setores produtivo, financeiro, comercial e de prestação de serviços, direta, indireta ou remotamente vinculadas às questões educacionais, mas, que, no nosso entender, veem nesta um vetor de desenvolvimento econômico social. Certamente estão interessadas na formação educacional adequada de sujeitos sociais, mas tal adequação deve ser entendida nos limites de uma perspectiva que, diretamente, se vincula às suas necessidades e interesses mediatos e imediatos (Idem, p. 2).

No que concerne especificamente às demandas do ensino técnico-profissional de nível médio, uma das mais significativas mudanças ocorridas na gestão lulista diz respeito ao modelo de ensino técnico-médio integrado. Muito embora o decreto 5.154/2004 tenha criado o referido modelo de ensino “integrado” que essencialmente resgatou a antiga relação entre ensino médio e profissional, também de forma paradoxal possibilitou a sobrevivência do modelo “concomitante” anteriormente criado no governo de FHC e outras modalidades de ensino profissionalizante. Sendo assim, o referido decreto permitiu a estruturação de três formas de articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica: 1) “a forma integrada, oferecida apenas para quem já tenha concluído o ensino fundamental”; 2) “Concomitante, oferecida tanto para quem já tenha concluído o ensino fundamental, quanto para quem já tenha o ensino médio com matrícula diferente para cada curso”; 3) “Subsequente, oferecida apenas aos que já concluíram o ensino médio” (LIMA, 2012, p. 9).

O estudo de Sousa Junior (2013), a respeito dos desafios relacionados à integração no ensino médio, aponta os limites do Ensino Médio Integrado criado no governo de Lula:

A ideia de integração proposta e em curso desde o último governo de Lula da Silva não parece indicar de nenhuma maneira qualquer aproximação com as proposições históricas dos trabalhadores, por alguns motivos importantes: em primeiro lugar não se trata de uma política efetiva que redefina o funcionamento do sistema como um todo, muito ao contrário, trata-se de uma integração que representa iniciativa parcial dentro de uma totalidade dispersa em fragmentos. [...] Em segundo lugar não se verifica no todo da política educacional um esforço real de democratização do sistema de ensino como totalidade universal, pública, gratuita, obrigatória e laica. Em terceiro lugar, não envolve, nem de longe, recursos que possam assegurar minimamente o funcionamento de uma educação integrada e universalmente democrática (SOUSA JUNIOR, 2013, p. 112-113).

A onda de “novo desenvolvimentismo” iniciada no segundo governo de Lula, e que se manteve no primeiro governo de Dilma Rousseff, contribuiu para criar novas demandas relacionadas à formação profissional para o atendimento do setor produtivo nacional.

Segundo Frigotto (2009), de tempos em tempos produz-se um vozerio reclamando do sistema educacional e de seus professores pela falta de profissionais qualificados, sendo que o mais recente surgiu ao final de 2007 em torno do PAC, cuja meta é o crescimento do produto interno bruto (PIB) em aproximadamente 5% ao ano. Daí surgiu a expressão ‘apagão educacional’ “para se referir ao déficit de trabalhadores qualificados demandados nessa conjuntura”. Esta metáfora, por conseguinte, “dá a entender algo conjuntural e momentâneo, que pode ser corrigido rapidamente, talvez por um novo programa emergencial ou por um ‘gato ou gambiarra’ para consertar o estrago” (Idem, p. 74-75).

Certamente o que mais chama a atenção é que este discurso do “apagão educacional” mascara um processo de exclusão social que busca equacionar a falta de mão de obra qualificada por meio de soluções imediatistas nas quais se atacam o problema da quantidade exterminando a qualidade.

O grito do apagão educacional reitera, e de forma cada vez mais cínica, uma cultura da violência societária, que culpa a vítima por sua desgraça. O analfabeto, o semterra, o subempregado, o não qualificado, o não empreendedor, ou o não ‘empregável’ assim o são porque não souberam ou não quiseram, ou não se esforçaram para adquirir o “capital humano” ou as “competências” que os livrariam do infortúnio e seriam a mão de obra qualificada que iluminaria o crescimento acelerado (FRIGOTTO, 2009, p. 75).

E uma das respostas formuladas em âmbito federal para contornar o problema do “apagão educacional” e a consequente carência de mão de obra qualificada foi a ampliação da rede federal de ensino técnico e tecnológico, anunciado ainda final do segundo mandato presidencial de Lula da seguinte forma: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Educação, Fernando Haddad, armaram um palanque nesta segunda-feira (27) para inaugurar simultaneamente 31 escolas técnicas em 14 Estados e no Distrito Federal [...] (GANTOIS, 2010, p 1).

Ao governo de Dilma Rousseff coube a tarefa de dinamizar a expansão da oferta de cursos profissionalizantes para além da ampliação da rede federal de ensino profissional, acionando mais uma vez mecanismos de aglutinação de diversos atores sociais via sistema de parcerias, daí resultando em especial o PRONATEC, cujas bases foram lançadas logo no início de seu primeiro mandato.

Na esfera específica da educação profissional, o estudo de Lima (2012) destaca importantes elementos componentes do cenário de mudanças ocorridas no início do governo de Dilma Rousseff, dentre eles o PNE (Plano Nacional de Educação) e o PRONATEC.

Em relação ao PNE, Lima destaca as metas assumidas pelo referido Plano Nacional de Educação, que tem como parâmetros as determinações da LDB contidas no inciso VI do artigo 10, determinando “a responsabilidade dos estados” no sentido de “assegurar o Ensino

Fundamental”, oferecendo com prioridade o EM, com “a meta de atender a 100% da população de 15 a 17 anos até 2011” (idem, p. 86). O referido autor destaca que o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta 20 metas a serem alcançadas, dentre elas:

a) universalizar até 206 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar até 2020, a taxa líquida de matrículas no EM para 85% [...]; b) elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar o mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade do país e dos 25% mais pobres [...]; c) duplicar as matrículas de Educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta [...]; d) estabelece o incentivo à docência através: (i) “do fomento a formação específica de nível superior, (ii) formação de 50% dos professores da EB em pós-graduação; (iii) valorizar o magistério público da Educação Básica aproximando o rendimento destes em relação aos demais profissionais com escolaridade equivalente; (iv) assegurar no prazo de dois anos a existência de planos de carreira para os profissionais de do magistério [...]; (v) ampliar o investimento público em educação até atingir, no mínimo o patamar de 7% do PIB do país (BRASIL, 2011e *apud* LIMA, p. 86).

Também no sentido de dimensionar as metas do referido Plano, Melo e Duarte (2013, p. 4) analisam especialmente a pretensão do PNE de universalizar até 2016 o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos, ampliando assim a taxa líquida de matrículas no ensino médio até 2020 para 85% nessa faixa etária, por meio de doze estratégias previstas e anunciadas. E, especialmente enfatizam o item 12, que se refere ao redimensionamento da oferta por turnos e

a redistribuição territorial de escolas, argumentando que embora “essas ações sejam necessárias, é curioso que a ideia prevalente seja a de reordenamento e não a de ampliação da oferta e dos recursos para tanto” (Idem, p. 239).

O mesmo estudo de Melo e Duarte (2013) também constatou uma visível tendência na linha programática da candidata Dilma em privilegiar o reordenamento ou “redimensionamento da oferta,” em prejuízo do incentivo à ampliação da oferta de vagas e dos recursos, elegendo assim como uma das suas plataformas políticas o fomento às políticas governamentais voltadas para o trinômio: juventude – ensino médio – capacitação para o trabalho.

É curioso que esta tenha explicitado em seu primeiro Programa de Governo a necessidade de “melhorar a qualidade da educação básica” e “promover uma reforma político-pedagógica no ensino médio”, mas que não tenha citado a necessidade de ampliação da oferta de vagas públicas. O documento, no item *A dimensão estratégica da juventude para um novo desenvolvimento*, explicita o sentido estratégico atribuído à juventude, compreendendo-a como impulsor de reformas democráticas e populares que garantam a integração das novas gerações ao processo democrático e ao projeto de desenvolvimento sustentável. O texto também explicita a intenção de Dilma de dar prosseguimento à Política Nacional de Juventude, implantada a partir de 2005. No segundo documento substitutivo, intitulado “Os 13 compromissos programáticos de Dilma para debate na sociedade brasileira”,⁷ há um enxugamento significativo das propostas, em diversos aspectos considerados polêmicos no contexto da campanha eleitoral. No item 7, dedicado à educação, à cidadania e ao desenvolvimento, todas as referências relativas ao ensino médio desaparecem e passa a vigorar a promessa geral de expansão e melhoria do ensino público. Reiterase, entretanto, o compromisso de garantir, principalmente aos jovens, uma escola de qualidade, que combine ensino e capacitação para o trabalho. (MELO; DUARTE, 2013, p. 239-240)

Outro aspecto observado pelos mesmos autores no que se refere às propostas da então candidata Dilma Rousseff à eleição presidencial de 2010 está relacionado à disposição de ampliar o acesso ao ensino médio via mecanismo de concessão de bolsas em escolas da rede privada e criação de um programa voltado para a expansão da oferta de ensino técnico nos mesmos moldes, ou seja, combinando a parceria com a rede privada e a concessão de bolsas para os estudantes.

Mais preocupante, entretanto, parece ser o anúncio de Dilma Rousseff em entrevista e no Twitter, durante a campanha presidencial de 2010, de criar um programa para facilitar o acesso de estudantes que desejam cursar o ensino médio a vagas em escolas particulares. A proposta foi batizada pela então candidata de ProMédio e contaria com dois mecanismos: bolsas inspiradas no PROUNI, que concede auxílio de estudo em universidades privadas; e financiamento com prazos longos e baixos juros. Em fevereiro de 2011, entretanto, Dilma anunciou o lançamento do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC), que prevê bolsas para cursos técnicos em escolas privadas e financiamento estudantil (Idem, p. 240).

Logo, percebe-se que o ciclo do “novo desenvolvimentismo” iniciado no governo de Lula e que se manteve com certa dificuldade no primeiro governo de Dilma Rousseff, contribuiu para criar novas demandas relacionadas à formação profissional para o atendimento do setor produtivo nacional. E de acordo com Rodrigues e Santos (2014), estas novas demandas do setor produtivo inseridas na nova fase de expansão econômica estabeleceram as condições para a expansão do ensino profissional.

Neste cenário contraditório do novo-desenvolvimentismo, foi criado pelo governo brasileiro [...] o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

– Pronatec – que se constitui em um conjunto de ações que visam ampliar a oferta de vagas na EPT brasileira. Com metas ousadas de atender oito milhões de beneficiados, criação de 200 novas escolas técnicas federais e investimento de um bilhão de reais, o Programa ocupa, atualmente, o centro do debate sobre a Educação Profissional e apresenta, em sua estrutura, espaços onde se evidenciam relações entre o público e o privado para o atendimento de suas metas (ROGRIGUES; SANTOS, 2014, p. 6).

Lançado logo no início do governo Dilma, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) pretendeu ofertar “milhões de vagas até 2014 para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio, intensificando a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada” [...] (SALDANHA, 2012, p. 6).

Como já foi mencionado na seção anterior que discutiu aspectos da política educacional do governo Lula, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) sofreu uma ingerência ostensiva do setor empresarial articulado em torno do “Todos pela Educação” (TPE), tanto através da ação destes empresários, como por meio de uma espécie de EstadoMaior intelectual dentro do MEC que passou a representar os interesses do bloco no poder e da fração de classe ligada ao setor financeiro (grandes banqueiros), e, por conseguinte, realizando a defesa intransigente do TPE em nível ministerial e de suas estruturas internas político-administrativo-burocráticas. Nesse sentido, Evangelista e Leher (2012, p. 5-6) afirmam que:

O ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, o ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Reynaldo Fernandes, os dois últimos ex-Secretários de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda e Cesar Callegari, este último o Secretário que Costin sucederia, todos são organizadores do TPE. E Costin¹ é, seguramente, uma de suas mais importantes articuladoras. O nexo entre o MEC e o TPE não é apenas conjuntural. O ministro Haddad batizou o principal plano de ação na área educacional do governo Lula da Silva, o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (BRASIL, 2007b), com o nome do movimento: Compromisso Todos pela Educação. A leitura da Exposição de Motivos do *Plano* comprova que não se trata apenas de um ato simbólico, pois lá se afirma que as iniciativas previstas no PDE objetivam implementar as metas do TPE. Em outros termos, a principal medida educacional dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff é a agenda do TPE.

O governo de Dilma Rousseff, por conseguinte, mantém e reproduz as diretrizes básicas da lógica empresarial operante no MEC. Um exemplo significativo desta permanência pode ser encontrado no fato de que um dos representantes do movimento “Brasil Competitivo”, – outra iniciativa empresarial de intervenção na educação – seja o empresário Jorge Gerdau, ligado ao setor de *commodities*:

Este dirigente empresarial atualmente é um dos principais assessores da presidenta Dilma Rousseff para a continuidade da reforma do Estado iniciada nas gestões Bresser-Pereira e Claudia Costin. Para ampliar a convocatória, o Itaú Unibanco *Holdings* S.A. contou com a adesão de entidades e organizações representativas de outras frações do capital, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social (Idem, p.6-7).

1 Claudia Costin em 2012 era a então Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro e foi indicada pelo Ministro da Educação Aloizio Mercadante para ocupar a função de Secretária de Educação Básica do MEC. A referida secretária, dentre as várias funções e cargos que exerceu, atuou “como vice-presidente da Fundação Victor Civita, ligada ao Grupo Abril, da revista *Veja* e *Nova Escola*”. Ao ocupar o cargo de “Secretária da Administração e do Patrimônio foi uma das criadoras dos Programas de Demissão Voluntária” e também “foi uma das idealizadoras da reforma administrativa que acabou com a estabilidade dos servidores públicos” (Idem, p. 2012).

A presença ostensiva de setores empresariais e de seus representantes no MEC certamente afeta a condução das diretrizes educacionais imprimindo-lhes determinadas práticas que seguem a lógica daquilo que Evangelista e Leher (2012) denominam de “pedagogia do capital”. É uma dessas práticas se refere à política de avaliação por resultados. Ou seja, a concessão de bônus em decorrência de resultados alcançados na prática pedagógica, que passam a ser mensurados por meio de testes, avaliações e programas que conferem *rankings* de colocação associados a parâmetros de competências e de produtividade.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os governos de Lula e Dilma mantiveram as estruturas básicas do modelo neoliberal, devidamente estruturado no governo de FHC, porém acrescentando mecanismos de fomento à retomada do crescimento econômico (incentivo ao crédito e ao consumo) e de ampliação de políticas sociais compensatórias e de geração de renda. Tudo isto em torno do projeto neodesenvolvimentista que tentou conciliar os interesses de diversas frações do capital (financeiro e bancário, industriais, agronegócio e exportação de *commodities*, multinacionais) garantindo também a inserção do país na dinâmica da economia globalizada.

Dessa forma, como resposta imediatista aos apelos do suposto “apagão” de mão de obra demandado pela expansão econômica neodesenvolvimentista e objetivando o atendimento das demandas do setor produtivo durante estes governos ocorreram: I) A reafirmação e consolidação na esfera das políticas públicas do ideário do Estado Gerencialista que se guia pelos princípios de racionalização e gestão de recursos, produtividade, metas e objetivos; II) O rompimento das fronteiras entre o público e o privado por meio da descentralização das ações governamentais e dos serviços públicos; III) Maior ingerência e presença dos setores empresariais, de seus ideólogos e de suas entidades e fóruns representativos tais como, o “Todos pela Educação” nos rumos das políticas educacionais, especialmente aquelas voltadas para a formação profissional da força de trabalho nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2010. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Lei nº 12.513 de 26/10/2011**. Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2014.

COSTA, Áurea de Carvalho. **Neoliberalismo: a função social da escola no Estado mínimo e as novas orientações às políticas educacionais**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2013.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. **Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira**. Trabalho Necessário, Ano 10, n. 15, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. Políticas educativas no Brasil no tempo de crise. In: FERREIRA, E.B.; OLIVEIRA, D.A.(Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GANTOIS, Gustavo. **“Governo atinge meta e inaugura 214 escolas técnicas”**. Brasília: R7 Notícias, 27/12/2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/vestibular-econcursos/noticias/governo-atinge-meta-e-inaugura-214-escolas-tecnicas-20101227.html>>. Acesso realizado em 10/02/2012.

LIMA, Marcelo. **Problemas da Educação Profissional do governo Dilma**: PRONATEC, PNE e DCNEMs. Trabalho & Educação. Belo Horizonte, v.21, n. 2, p. 73-91, mai/ago 2012.

MELO, Savana Diniz Gomes; DUARTE, Adriana. **Ensino médio no Brasil e em Minas Gerais**: políticas e processos. Simpósio Nacional de Política e Administração da Educação, 26, 2013, Recife, Pernambuco. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SavanaDinizGomesMelocomunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

MORAES, C.S.V.; FERRETTI, C.J. O Plano de Desenvolvimento da Educação. In: BERTUSSI, G.; OURIQUES, N. **Anuário Educativo Brasileiro**: visão retrospectiva. São Paulo: Cortez, 2011. p. 169-200.

RODRIGUES, Romir de Oliveira; SANTOS, Maurício Ivan dos. **Novo-Desenvolvimentismo e PRONATEC**: aproximações a partir das ideias do Estado Gerencialista. In: Seminário do Trabalho, 9, 2014, Marília, São Paulo. Disponível em: <<http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT4/NOVO-DESENVOLVIMENTISMO%20E%20PRONATEC.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. **O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional**. In: IX Seminário de Pesquisa da Região Sul (ANPED-SUL), 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Educação profissional e educação geral: desafios da integração no Ensino Médio**. In: AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio (Orgs) Reestruturação do ensino médio: propostas teóricas e desafios da prática. 1. ed. Fundação Santillana, 2013.